

## GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: UMA RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

*Sandra Maria Negrini \**

\*

### **RESUMO:**

O presente artigo aponta alguns questionamentos a respeito da gestão democrática na Escola Pública, no intuito de construir entendimentos e saberes para enfrentar os entraves encontrados na implantação da democratização dos tempos e espaços escolares, como falta de capacitação dos partícipes para agir democraticamente, falta de clareza nos objetivos pedagógicos propostos. Sendo que o determinado na teoria sobre a gestão democrática da escola pública, ainda não está sedimentado na prática. As instâncias colegiadas já existentes na escola são citadas tendo o Conselho Escolar um maior aprofundamento por ser um processo revestido de grande importância na busca da participação e autonomia dos partícipes da escola. Levando em conta que as transformações desejadas no âmbito da implementação de ações democráticas nas escolas devem contar com a instrumentalização dos partícipes através da ressignificação das relações entre escola e comunidade interna e externa. Buscando assim uma maior parceria da escola com a comunidade para que a escola aja efetivamente, em função de aproximar a teoria e a prática no processo de democratização e cumprimento da função social da escola.

**Palavras chave:** Gestão Democrática. Ações Colegiadas. Conselho Escolar. Instrumentalização dos Partícipes.

---

□ Professora de Língua Portuguesa  
Faculdade Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho -FAFIJA  
Professora PDE – Gestão Escolar  
sdranegrini@seed.pr.gov.br

## **ABSTRACT:**

This article points out some questions about the democratic management in the Public School, in order to build understanding and knowledge to face the obstacles encountered in implementing the democratization of the times and venues education, and lack of empowerment of participants to act democratically, lack of clarity the educational goals proposed. Being given that the theory about the democratic management of public schools, is not yet sedimented onto practice. As the entities that already exist in school are cited and the School Board further study to be a process of great importance in the quest for autonomy and participation of participants from school. Taking into account that the desired changes in the implementation of democratic activities in schools should rely on the exploitation of participants through the re relations between school and community internal and external. Seeking thus a greater partnership with the school community to act effectively to school, according to bring the theory and practice in the process of democratization and observance of the social function of the school.

## **INTRODUÇÃO**

A implantação de um ambiente democrático na escola reveste-se de inúmeros entraves que limitam a efetivação desse processo, por exemplo, a ausência de esforço coletivo, a falta da clara definição dos objetivos pedagógicos a serem alcançados. A verdadeira idéia de gestão democrática muitas vezes não é trabalhada na prática com os partícipes da escola, ficando a questão tratada apenas no plano teórico, ou seja, muitas vezes as ações são efetivadas apenas no papel, não tendo a participação ativa das pessoas envolvidas na prática das ações, muitas vezes por não saber como se envolver.

É focado nesse desafio de saber como fazer, que nos encontramos ainda imersos em discussões e reflexões a respeito de problemas que florescem no dia-a-dia de nossas práticas pedagógicas escolares, onde se padece de ações realmente eficazes que possam amortizar a condição frágil que a educação apresenta hoje. A luta pela democratização da escola, não é tarefa simples, pois tem que se contar com as divergências de interesses dos envolvidos no processo educativo. Porém constatações assim não devem servir de justificativa para não impulsionar práticas democráticas na escola.

Acreditando na gestão democrática como uma condição de construção coletiva de qualidade da educação e que isso implica em nova cultura de organização, unindo teoria e prática é que se busca essa alternativa como

possibilidade de melhorias na escola pública. Paro (2005, p. 162) argumenta sobre os entraves na implantação da gestão democrática “se pretendemos agir na escola, como de resto em qualquer instância na sociedade com vistas a transformação social, não podemos acreditar que estejam já presentes condições ideais que só poderão existir como decorrência dessa transformação”.

Assim esse artigo com foco na construção da gestão democrática da escola pública analisa limites e possibilidades que permeiam esse processo, considerando o Conselho Escolar como instrumento privilegiado e meio de aproximação entre teoria e prática na democratização da escola.

## **A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES COLEGIADAS**

A proposição da gestão democrática na escola pública, onde se pressupõe a participação ativa de todos perante questões norteadoras do processo educacional, muitas vezes nos parece uma questão utópica. Vale ressaltar aqui que a palavra utopia significa algo ou lugar que não existe. Isso não quer dizer que não possa existir, já que se coloca como algo necessário que se deseja alcançar como possibilidade de resolução dos problemas da escola.

Segundo Paro (2005) quando se fala em educação remete-nos a pensar no homem como um ser histórico, que transcende o que é natural, pois ele busca a liberdade em suas ações. Ainda segundo o educador o homem só se faz sujeito quando participa, produzindo uma ação e respondendo por ela, e essa ação só é produzida coletivamente, sendo que o homem não se faz só.

A concepção democrático-participativa se adapta a busca da democratização da escola por ter como característica a relação orgânica existente entre setores da escola, na importância que se dá a busca de objetivos comuns a todos e também por defender uma forma de tomada de decisão coletiva, onde cada membro assume sua parte e responsabilidade no trabalho. Outra característica importante dessa concepção é a ênfase nas

relações humanas. A gestão participativa se propõe como condição para resistir às formas conservadoras de organização e gestão escolar. Sobre essa consideração Libâneo (2006) propõe:

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2006, p. 328)

A ação da gestão democrático-participativa abre o canal para participação da comunidade, assim a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade e passa a acontecer como uma comunidade educativa, interagindo substancialmente com a sociedade civil.

Gadotti e Romão (1997, p. 16) também afirmam que a participação influencia na democratização da gestão e também na melhoria da qualidade de ensino.

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida. (GADOTTI e ROMÃO, 1997, p. 16)

O esforço de todos os envolvidos é que fundamenta a participação coletiva, que é de vital importância para a instalação de um ambiente democrático na escola. Sendo assim a escola deve se perceber como exemplo de ambiente democrático, assegurando a participação dos envolvidos conseqüentemente com suas decisões e responsabilidades sobre elas.

Valores como inclusão, justiça, participação e diálogo são próprios da democracia, por isso tão importante a implantação do espírito democrático na

escola. Quando se age democraticamente a diversidade é valorizada e a inclusão se torna prática ao reconhecer como útil a participação, decisão e idéia do outro. A escola deve estar aberta ao debate também para a comunidade externa, discutindo as diversas abrangências de fatos importantes à escola, tendo para isso que organizar-se em tempo e espaço, convocando a todos para participar e entender as funções de cada um e a missão da escola, também pais e alunos para assim debater questões primordiais no processo educativo.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação. (LIBÂNEO, 2004, p. 102)

A concepção democrático-participativa ao valorizar as relações humanas e o humano, inquieta-se em relação ao desenvolvimento pessoal e profissional e a competência técnica dos diversos profissionais da escola. A escola É um local de aprendizagem, espaço educativo por excelência, por isso propício ao crescimento pessoal e profissional.

As mudanças exigidas nesse momento devem dar conta de instalar na escola uma cultura democratizadora, focalizando todas as relações da escola, privilegiando a gestão participativa e colegiada, onde poder e responsabilidades são distribuídos de forma equilibrada, sendo a avaliação um instrumento eficaz nesta análise.

O ato de avaliar se torna um exercício constante quando se busca qualidade nas ações. Através da avaliação é que as decisões podem ser tomadas com mais garantias, pautadas em diagnósticos. Gadotti (1999) lembra que a Avaliação Institucional nos últimos anos vem se tornando prática também no ensino básico pela importância que ela propõe na busca de qualidade do ensino, dando conta de avaliar as melhorias no campo pedagógico e apoio técnico das escolas, bem como avaliar os impactos provocados pelas inovações que se introduzem nas escolas com o intuito de crescimento contínuo.

No entanto, para que ações voltadas à democratização da escola pública se efetivem, dependemos também de políticas educacionais favoráveis a democratização, ou seja, medidas agilizadas e sistematizadas pelo governo para atuar com maior eficiência nos mecanismos instituídos ou os que constantemente se renovam com vistas a democratização da escola. Esse conjunto de ações deve alicerçar e apoiar todo o processo de democratização na escola. Unindo assim a força alicerçada no chão da escola através de seus partícipes à força propulsora das políticas produzidas pelo sistema. Este aspecto que pretendemos destacar a seguir.

## **A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL**

A retrospectiva histórica traz a compreensão do caos que vivemos na educação. Ao observar os movimentos registrados temos a elite dominante, intelectuais e governantes fazendo e desfazendo o processo educacional com normas e leis que se projetam de cima para baixo sem a menor participação da sociedade com seus interesses. Tendo o poder da movimentação financeira voltada para a educação desmandos aconteceram em nome de muita aparência e pouca efetivação em busca de soluções para problemas crônicos na educação como o analfabetismo, exclusão, repetência, baixos salários, dentre e outros.

Seguindo esta análise temos em contrapartida as demandas sociais da maior parte da população que reivindica uma escola com base na participação de todos e não aquela voltada e pensada somente para a burguesia. E essa cobrança de escola pública gratuita e de qualidade vem se dando em todas as épocas. Porém as políticas educacionais implantadas não conferem com eficácia essa condição não sendo capaz até hoje de consolidar uma sociedade amplamente democrática.

A educação no Brasil desde os tempos da Independência teve um tratamento que a desvinculou das lutas sociais. Leher (2002) comenta o trecho da Constituição Federal outorgada em 1824, que propõe “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Tal princípio, segundo Leher foi negado aos índios, negros libertos, crianças e jovens de classe baixa foram impedidos de freqüentar as escolas legalmente por falta de oportunidade que as formas arcaicas de dominação impunham, ou seja, as oportunidades de escolaridade na prática só era possível para os cidadãos das classes mais abastadas.

As escolas eram concebidas tendo em vista a educação dos filhos das classes dominantes, sendo os valores trabalhados voltados às classes que detinham mais posse. Os brancos com poucas posses podiam se servir apenas das escolas tidas como “primeiras letras”, e quem normalmente ministravam tais aulas que se baseavam no ensino mútuo lancastreano, eram os alunos que mais se destacavam. Já aos escravos que não eram considerados como cidadãos nenhuma escola era possível.

As elites também dominaram o discurso e prática da educação no período do Império. O militarismo trouxe a República que chegou através de um processo de revolução passiva. O capitalismo depois do fim da escravatura adquire posição mais clara e assim nasce as classes operárias.

As vozes silenciadas no Império, e no início da República, a partir de 1870, segundo Leher passam a ser ouvidas através de reivindicação na imprensa, onde intelectuais como Silvio Romero, Manuel Bonfim lutam por uma educação em sintonia com a cultura brasileira, em que a poesia e as línguas africanas possam ter espaço. Tentativas como a revolução comunal em 1871, que propõe base de igualdade social e instrução integral que cada um tem direito, foi logo derrubada contando com reações endurecidas. Mais de cento e trinta anos após, a educação se coloca subordinada a lógica do capital.

Hoje as políticas educacionais abrangem um campo amplo que trata desde propostas de instituição, financiamentos para suportes materiais e de

capacitação, abrangendo inclusive o pedagógico propriamente dito para a sala de aula a planos gerais de educação.

As políticas de educação para Cury (2002) têm origem nas demandas sociais e políticas que não se conformam com os desígnios particulares que muitas vezes é tomado como regra para a construção dessas políticas. Formas de pressão de novos sujeitos sociais têm tornado as políticas educacionais plurais, quando do dinamismo coletivo dos sujeitos sociais aliada às necessidades da cidadania.

Em Porto Alegre como em outros municípios as políticas educacionais mais abertas mostram que já não se tolera mais segundo Cury (2002, p. 156) os rumos excludentes da vida social e determinismos econômico-financeiros a gosto de poucos. E Cury deixa claro quando observa que “O pacto que une muitas forças políticas à direita começa a mostrar sinais de esgotamento”. O correio eletrônico tem sido utilizado como instrumento dessa pressão aos parlamentares, por meio da rede mundial de computadores a sociedade solicita informações e providências.

O Brasil possui uma característica importante em busca da efetivação da democracia, que é a pluralidade político-partidária. Novos mecanismos de participação social que ampliam as possibilidades de tomadas de decisões por um maior número de sujeitos (políticos), estão garantidos na Constituição de 1988. Em todo Brasil, municípios tomam iniciativas inovadoras e corajosas em busca de valorizar a participação dos cidadãos de acordo com Cury na montagem de conselhos de controle social, decisão de destinação de verbas, enfim essas tentativas nada mais são do que cumprir o que está posto na lei maior, a Constituição.

Deve haver vários caminhos ao fazer as Políticas Educacionais e a democracia é um deles, quando se quer um Estado ético e transparente a participação intensa e próxima deve ser praticada. E nós cidadãos brasileiros devemos ter como compromisso nos envolver sim com questões político-sociais para tanto precisamos conhecê-las, percebê-las, enfim nossas escolas devem ter essa compreensão e propagar a consciência da participação.

Contudo, se a valorização do profissional da educação e as condições de trabalhos apropriadas não tiverem a devida atenção essas políticas correm o risco de perder o fôlego necessário para avançar em busca de melhores condições sociais e igualitárias. Portanto as políticas educacionais só se farão democráticas, segundo Cury , se ao mesmo tempo forem sociais e pedagógicas.

Nesse sentido levamos em conta a prática dos movimentos sociais que têm mostrado de acordo com Ciavatta (2002, p. 102) que a prática social é educativa e que no pedagógico há política, assim como vice-versa. E ainda segundo ela “A educação pode não ser democrática, mas a prática da democracia é, em si, educativa”. Portanto a política educacional deve ter como rumo fundamental a democracia.

A gestão democrática surge como possibilidade de aniquilar o autoritarismo enraizado no processo educativo no interior das escolas. Propor uma gestão democrática na escola é conferir autonomia à escola, que segundo Paro (2004, p. 11) “significa em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados com os interesses da comunidade”. E sim se dará por conquistas dos interessados, desta forma torna-se cada vez mais necessárias mudanças no processo de autoridade no interior da escola. Tal afirmação nos leva a crer que as mudanças no processo de autoridade no interior da escola se dará por força das conquistas obtidas pelos próprios interessados, ou seja, os partícipes das escola.

A instrumentalização desses partícipes é um aspecto relevante no processo de democratização na escola. Freire (2004) observa.

Tudo o que agente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democratamente (FREIRE, 2004, p. 7)

## **OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DA ESCOLA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS PARTICÍPES**

A gestão democrática está legalmente pautada para que estados, municípios e a própria federação se organize para exercer o princípio da gestão democrática nas escolas públicas desse país.

**A participação da comunidade a LDB (Lei de Diretrizes de Bases, nº 9.394/96) é bastante clara quando ressalta o dever que a escola tem de integrar-se a comunidade, e a importância da participação do professor como formador de idéias e figura que se posta na comunidade escolar a ser seguida, desta forma tem grande responsabilidade em exercer e propor essa participação . O que se percebe é que cada vez mais os pais estão buscando agir como partícipes na gestão da escola, porém essa participação não basta acontecer apenas na área do discurso com os pais. A Avaliação da escola pela comunidade, segundo Navarro (2004) vem a ser um processo eficaz para que se constate problemas e siga em rumo das resoluções conjuntamente.**

E ainda o parágrafo único do art. 1º da nossa Constituição Federal, traz em seu texto o primeiro princípio democrático a ser exercido pela sociedade quando diz que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Este 1º artigo da nossa Constituição ressalta a necessidade de que os mecanismos democráticos devem ser aperfeiçoados continuamente. Cury (2002) coloca que esse princípio significa a nova cultura política de um Estado Democrático de Direito. Implicando com uma cidadania que não pactua com processos de clientelismo ou particularismos. Prova disso as atuais atitudes da sociedade que busca a transparência nos processos de decisão, lançando mão para isso de todos os recursos existentes, inclusive o da tecnologia.

O que se deve levar em conta é que ao organizar-se democraticamente em busca de metas transformadoras a escola se fortalece na medida em que os interesses nas mudanças e/ou transformações se posicionam como

protagonistas em torno da realização das mesmas. Quando seus partícipes imbuídos de conhecimento seguem em busca do interesse comum. Libâneo (2004) esclarece:

O princípio da autonomia requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, basicamente os pais, as entidades e as organizações paralelas à escola. A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente os pais e outros representantes participam do Conselho da Escola da Associação de Pais e Mestres para preparar o projeto pedagógico curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados. (LIBÂNEO, 2004, p. 144)

Mas esta escola será realidade, se esse “conhecimento” de direitos e possibilidades forem repetitivamente trabalhados com os partícipes, ou seja, a escola deve organizar-se de modo a instrumentalizar a sua força transformadora, ou seja, as pessoas que fazem a escola.

A prática de gestão, democrática, deve se desenvolver num ambiente em que todos convivam como sujeitos, com direitos e deveres percebidos a partir de discussões e decisões coletivas. Assim na escola deve se instalar um clima de favorecimento a ação das instâncias colegiadas e processos decisórios como Conselho Escolar, Associação de Pais Mestres e Funcionário, Grêmios Estudantil, Projeto Político Pedagógico. São esses processos que muitas vezes se observam são considerados dentro da escola apenas na teoria e não se respeita e nem se instrumentaliza os partícipes para que lancem mão das possibilidades que esses processos oferecem. Esses processos são a APMF, O Grêmios Estudantil, O Projeto Político Pedagógico e em Especial o Conselho Escolar que agrega a participação dos demais através da representatividade de todos os setores da escola.

*Associação de Pais, Mestres e Funcionários* é um processo significativo na busca da gestão democrática da escola, funcionando como elo que liga pais, professores e funcionários objetivando em suas ações solucionar os problemas que emergem da prática educativa diária nas escolas.

*Grêmio Estudantil* é um espaço fértil para que novas lideranças possam emergir do chão da escola e se fazer representar na sociedade, pois o grêmio exerce um papel estratégico, sendo eixo que articula a participação do aluno na gestão democrática da escola. E o exercício dessa participação que propicia e estimula a integração do aluno nas práticas sociais e democráticas.

*Projeto Político Pedagógico* deve ser norteado por princípios que decorrem da opção de educação em construção. De acordo com Oliveira (2005) são eles: Autoridade; qualidade; participação; democracia e igualdade, assim o Projeto Político Pedagógico é essencial para a efetivação da democratização da escola pública, já que a vida da escola está depositada nele, desta forma ele deve ser inacabado e flexível, assim segundo Alarcão (2001) "A escola deve estar aberta à comunidade exterior. Atenta à comunidade interior, envolver todos na construção do clima escolar, na definição e na realização do seu projeto e na avaliação da sua qualidade educativa."

O Projeto Político-Pedagógico como instrumento de planejamento coletivo, demonstra seu poder de democratização da escola, quando resgata a unidade do trabalho escolar e garante que não exista divisão entre as pessoas que planejam e as que executam. Pois ele deve ser construído sob a lógica do conjunto, onde todos os seguimentos planejam e todos executam, garantindo a visão do todo. Assim o todo estando de posse do conhecimento do trabalho escolar, profissionais dos vários segmentos da escola (gestores, técnicos administrativos e de apoio, docentes, discentes, pais e comunidade local) cumprem seus papéis específicos, mas com o conhecimento geral, desta forma o trabalho deixa de ser estanque e fragmentado. Sendo todos partícipes da prática educativa, conseqüentemente todos educadores.

Dentre os processos democráticos existentes na escola o Conselho Escolar foi o mais nesse estudo considerando que ele através da representatividade de dos diversos setores abrange o todo da escola, daí a importância desse processo na construção da escola democrática que almejamos.

## **CONSELHO ESCOLAR: FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES E CONSOLIDAÇÃO**

Em nossa sociedade a escola pública tem como função social formar o cidadão de forma que o aluno se prepare para uma vida digna através de atos que o valorizem como cidadão, para isso ele necessita construir conhecimentos, valores que permitirá a ele agir como agente solidário, crítico, ético e participativo na sua comunidade. Para isso é necessário a socialização do saber que se acumula historicamente e que se transforma em patrimônio universal da humanidade o qual deve ser levado a conhecimento do estudante que traz da sua vivência na comunidade, o saber popular. A junção desses saberes se torna-se instrumento para a democratização da sociedade.

Levando em conta que o fim essencial da educação é a formação de cidadãos, então a qualidade da educação está diretamente ligada ao exercício da cidadania, o que estabelece uma dimensão social da qualidade da educação. A dimensão social da qualidade da educação está especialmente presente na letra e no espírito da LDB, ao definir como diretrizes para os sistemas de ensino a participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares (art. 14) e a progressiva autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das escolas (art. 15). A organização dos Conselhos Escolares e a busca da participação da comunidade fazendo valer seus direitos e deveres, discutidos de forma democrática se propõe a ser um exercício de democracia participativa. É bom que se lembre que os conselhos não falam pelos dirigentes, mas aos dirigentes em nome da sociedade, de acordo com Navarro(2004). Assim para poder falar em nome da sociedade a partir dos diferentes pontos de vista, para traduzir os anseios da comunidade e não simplesmente legitimar a voz da direção, a

composição dos conselhos precisa representar a diversidade, a pluralidade das vozes de sua comunidade. Antunes (2002) explica que:

Será no conselho que os problemas da gestão escolar serão discutidos e as reivindicações educativas serão analisadas para, se for o caso dependendo dos encaminhamentos e da votação em plenária, - ser aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola, instância executiva, que se encarrega de pôr em prática, as decisões ou sugestões do Conselho de Escola. (ANTUNES, 2002, p.23)

O Conselho Escolar, fórum da voz plural da comunidade interna e externa da escola, assume função especial na promoção da qualidade social da educação. É preciso lembrar que a gestão democrática não é tida como opção ao gestor da escola, e sim um direito garantido pela constituição por ser condição para que se alcance a qualidade do ensino. Libâneo (2004) argumenta da seguinte forma sobre a participação dos pais na escola.

A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde as novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, co-responsabilização, interculturalismo. De fato, a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social ampla. (LIBÂNEO, 2004, p 114)

A atuação consciente do Conselho de Escolar permitirá a superação de concepções meramente democráticas e formais de gestão, permitindo assim que se efetive a atuação dos processos democráticos da gestão escolar. Contribuindo decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais.

Segundo Navarro (2004) os Conselhos Escolares têm como atribuição além de deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola, devem também analisar as ações e meios que a escola utiliza para o cumprimento de suas finalidades. Propiciando participação e decisão, ou

seja, o Conselho Escolar deve ser um espaço de discussão e negociação e encaminhamentos das necessidades educacionais, onde se busca incentivar uma cultura democrática, participativa, cidadã em substituição a cultura patrimonialista.

A construção de uma cidadania participativa passa pela contribuição da escola pública, desta forma vemos que o Conselho torna-se o sustentáculo de projetos políticos pedagógicos que se propõe a definir os rumos e as prioridades das escolas considerando os interesses e as necessidades da maioria. O Projeto político-pedagógico deve representar os anseios da comunidade escolar, sendo construído com base em discussões sobre os objetivos e os problemas que precisam ser superados, através de práticas pedagógicas coletivas e da responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Tal processo deve ser coordenado e acompanhado pelos Conselhos Escolares.

Na busca pela democratização da escola observamos um posicionamento favorável dos partícipes, porém levando em conta a prática de cada um, o alerta é de que esse processo ainda em construção merece empenho de todos. E cabe aos Conselhos Escolares serem incentivadores desse empenho, buscando consolidar um ambiente acolhedor das participações para assegurar as condições necessárias.

O desafio é diminuir significativamente a distância entre teoria e prática, edificando na escola movimentos democráticos concretos. E é necessário para isso que tenhamos claro que segundo Antunes (2002, p.35) “democracia é algo que se aprende e se aprende, principalmente praticando-a, vivenciando-a”. Se o que pretendemos é uma sociedade justa, igualitária e isso se dará se a mesma for democrática, temos que ser capazes de transpor o discurso da democracia, vivenciando-a em todos os espaços possíveis. E o espaço escolar é o local onde nós enquanto educadores podemos contribuir efetivamente para esta prática.

Nessa perspectiva superam-se concepções meramente burocráticas e dificuldades, que não devem ser vistas como obstáculos e sim como desafios a serem vencidos. Paro (2004, p. 12) contribui ao dizer que o Conselho Escolar “é

um instrumento que existe e precisa ser aperfeiçoado com vistas a que se torne o embrião de uma verdadeira gestão colegiada que esteja articulada com os interesses populares da escola”. Considerando essa colocação de Paro é que a escola deve se aprimorar na instrumentalização e capacitação dos partícipes, para que as ações sejam efetivadas substancialmente na prática.

Lembrando que além de levar em conta a experiência acumulada dos profissionais e demais partícipes, também é necessário entender que muito se tem por aprender no aperfeiçoamento do Conselho Escolar. Antunes (2002) contribui nessa perspectiva quando explica que:

Não haverá o momento em que estaremos plenamente preparados para com o apoio da escola, mas não só dela – começar a construir um país democrático e justo. Na largada, dispomos de alguns saberes, mas muitos serão construídos no processo. (ANTUNES, 2002, p.35)

Baseado nessas considerações percebe-se que a escola só poderá desempenhar um papel transformador ao organizar-se para atender os interesses, junto aos interessados, e daí advém a aprendizagem do construir coletivamente, condição mister para agir democraticamente, visando construir, efetivamente, uma educação de qualidade social.

Ao entender a sua natureza essencialmente político-educativa, o Conselho Escolar deve deliberar também sobre a gestão administrativo-financeira dos estabelecimentos de ensino com o intuito de alcançar efetivamente, uma educação de qualidade social. Para exercer tais atividades, os Conselhos têm as seguintes funções, de acordo com Navarro (2004, p. 39)

Deliberativa – Essa função é exercida quando o Conselho decide sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola.

Consultivas – Quando é analisada questões encaminhadas pelos vários setores da escola, sendo apresentada sugestões ou soluções que poderão ser acatadas pelas direções dos estabelecimentos.

Fiscais – O cumprimento das normas da escola e a qualidade do atendimento ao executar ações pedagógicas, administrativas e financeiras devem ser acompanhados e avaliados pelo Conselho Escolar.

Faz parte do Conselho a direção da Escola, a representação dos alunos, professores, funcionários, pais e a comunidade local. As decisões são tomadas coletivamente e o Conselho só existe quando reunido. Assim nenhum membro do Conselho Escolar tem autoridade fora do colegiado. Os membros do Conselho devem ser escolhidos levando em conta possibilidade como efetiva participação, representatividade, disponibilidade e o compromisso, ou seja, saber ouvir, dialogar e assumir a responsabilidade de aceitar as decisões da maioria, não deixando de sempre de demonstrar opiniões e apresentar propostas, afinal o espaço do Conselho deve ser visto como laboratório para o exercício da cidadania, propiciando assim a liberdade de participação.

O Conselho Escolar deve para Navarro (2004) ter como prioridade em sua lista de atribuições a elaboração do Regimento Interno do Conselho, que define ações importantes, como calendário de reuniões, condições de participação do suplente, critérios para participar das tomadas de decisões entre outras. Em seguida o Conselho deve tomar ciência e participar ativamente da construção E/ou reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da escola, já que esse processo deve ser inesgotável mente revisto, ou seja, a escola deve acompanhar o que acontece fora dela e para isso é necessário estar atento e o projeto político-pedagógico deve ser o registro das mudanças que vão acontecendo na escola, formando assim o processo de aprendizagem historicamente acumulado não só para o aluno, mas para toda a comunidade que precisa compreender que o que se tem, muitas vezes é consequência do que já passou.

Desta forma o Conselho tem como uma das atribuições essenciais neste processo de avaliação e acompanhamento do projeto político que é promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura histórica da escola e da comunidade local. Assim como atribuições que garantam a participação da comunidade escolar em assembleias para discussão e elaboração de soluções para os problemas que surgem no decorrer do processo educativo.

O Conselho também é responsável pela elaboração e acompanhamento do Regimento Escolar. A fiscalização da gestão pedagógica e financeira da unidade escolar, assim como aprovar o plano anual, elaborado pela direção para a aplicação dos recursos financeiros é atribuição relevante do Conselho Escolar. As atribuições de caráter totalmente pedagógico também merecem a atenção e empenho do Conselho, como acompanhamento da evolução dos indicadores educacionais (abandono, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo intervenções e/ou medidas sócio educativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar.

O Conselho Escolar deve estar atento a mudanças da escola e do mundo assim deve ter como atribuição também a formação continuada dos conselheiros, buscando ampliar a qualificação de sua atuação elaborando planos de participação dos membros em curso, palestras, enfim atualização e aperfeiçoamento dos membros deve ser a meta importante do Conselho.

E assim o conhecimento consciente sobre os processos democrático presentes na escola, pelos membros da escola se faz necessário na luta pela democratização da escola. O conhecimento, e um olhar diferente sobre os processos democráticos instalados como instrumentos como o Conselho Escolar e outros citados acima, próprios da democratização da escola são importantes nessa luta. Porém é importante também olhar para o todo da escola como espaço democrático, pois o exercício da cidadania deve permear toda a escola.

Desta forma o conteúdo curricular entre outros que poderão surgir a partir de novas experiências nos ricos processos de democratização, tais espaços devem ser considerados como grandes aliados na luta pela democratização da escola pública. Parece ser então tarefa imprescindível nesse processo refletir a função e influência que esses processos exercem na democratização da escola.

Não se pode negar que nas últimas décadas a caminhada em direção a uma Gestão Democrática da escola pública deu passos relevantes. Porém a distância entre o que se propõe na teoria para essa democratização ainda está

longe de se efetivar na prática. Essa constatação nos assegura que a escola cada vez mais deve se preocupar em ser um local onde o diálogo, a participação sejam constantes e subjetivos, para que a escola possa ser na prática o que tanto se propõe na teoria.

A aproximação da teoria a prática poderá acontecer desde que a comunidade atue na escola através de uma ação política, e para isso é necessário ter o conhecimento, a competência técnica aliada ao compromisso político da transformação social. A efetivação das transformações desejadas no âmbito da implantação de ações democráticas nas escolas deve contar com a instrumentalização dos partícipes através da ressignificação das relações entre escola e comunidade interna e externa.

Assim vale ressaltar que o espaço da sala de aula, os conteúdos, a metodologia das aulas devem ser repensada sendo essa uma das principais medidas de democratização, ou seja, buscar a ressignificação das ações, tempos e espaços escolares de forma a escola garantir que a vivência do aluno não seja negada. Ao contrário essa vivência deve ser oportunidade de contextualizar os interesses e dificuldades do aluno com o conteúdo, de modo que a escola possa colaborar na melhoria de vida de seu educando através da ação ensino-aprendizagem que ela oferece, e conseqüentemente na colaboração para a transformação social.

A ação da gestão democrático-participativa abre o canal para a participação da comunidade assim a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade e passa a acontecer como uma comunidade educativa, interagindo substancialmente com a sociedade civil.

Desta forma esse trabalho que visa entender a causa da distância entre teoria e prática na gestão democrática, destaca como um instrumento eficaz na luta pela democratização da escola, o Conselho Escolar que se propõe a conhecer a escola na sua totalidade e trabalhar para garantir o processo ensino-aprendizagem que responda às demandas de todos os segmentos da

comunidade escolar e que tem na solidariedade e na inclusão seus princípios fundamentais.

A educação não pode estar a serviço de interesses de uma minoria, somente assim poderemos garantir que a escola seja realmente um espaço democrático. Onde a educação deve ser comprometida como um espaço de formação ampla ao educando, permitindo que ele se potencialize como seres humanos ao aprimorar as dimensões e habilidades que faz de cada um de nós seres humanos. Que a escola possa através da participação dos indivíduos de forma consciente garantir acesso significativo aos conhecimentos, às relações sociais, às experiências culturais diversas e que esses possam contribuir como apoio no desenvolvimento do educando como sujeito sócio-cultural, e no aprimoramento da sua função social.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Escola Reflexiva**: Nova Racionalidade, Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ANTUNES, A **Aceita um Conselho?** Como organizar o colegiado escolar, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ClAVATTA, M. **Democracia e Construção do Público** no Pensamento Educacional Brasileiro/ Organizado por Osmar Fávero, Giovani Semeraro. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002

CURY, C.R.J. **Democracia e Construção do Público** no Pensamento Educacional Brasileiro/ Organizado por Osmar Fávero, Giovani Semeraro. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, P. apud NAVARRO, I.P. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania /elaboração Ignez Pinto Navarro...[ et al.]** Brasília: MEC, SEB, 2004.

GADOTTI, M. I **Seminário Internacional Itinerante de Educadores/ 2ª Jornada Pedagógica da Escola Cidadã – Grupo de Estudos e Organização de Eventos Políticos Pedagógicos.** Alegrete e Uruguaiana, 1999.

LEHER, R. **Democracia e Construção do Público: no pensamento Educacional Brasileiro,** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática,** 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

NAVARRO, I.P. et.al. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania.** Brasília: MEC, SEB, 2004.

OLIVEIRA, M. A. M. (org) **Gestão Educacional – Novos Olhares** Novas abordagens, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, V. H.. **Administração Escolar – Introdução Crítica.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública,** 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

### **Sites consultados**

Constituição 1988, Art. 206 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)

Acesso em 12 de dez 2008.

LDB no art. 3º da Lei n.9.394/96 LDB <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>  
Acesso em 12 de dez. 2008

MEC, Conselho Escolar <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?Itemid=242&id=252&option=content&task=vie> Acesso em: 12 de dez. 2008

Portal Educacional da Educação do Paraná – Dia- a- dia Educação  
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio/index.php>,  
Acesso em 12 de dez 2008.